

## Etanol e diesel sobem até 50 centavos "do nada" em Cuiabá

Gabriel Soares

Motoristas de Cuiabá sentiram na sexta-feira, 24 de janeiro, o peso do aumento repentino de quase 40 centavos no litro do etanol nos postos de combustíveis. Em alguns postos, até o litro do diesel sofreu aumento repentino de 50 centavos, apesar de não ter havido reajuste nas refinarias.

Até quarta-feira, a maioria dos postos da região central de Cuiabá vendia o litro do etanol na faixa de R\$ 3,89. A pesquisa semanal de preços da Agência Nacional do Petróleo (ANP) aponta que o preço médio na capital na semana anterior, encerrada em 18 de janeiro, era de R\$ 3,94 por litro, variando de R\$ 3,79 nos postos mais baratos para R\$ 3,99 nas revendas mais caras.

Já na manhã desta sexta, vários postos anunciavam o preço novo do litro, quase 40 centavos mais caro, entre R\$ 4,20 e 4,29.

Alguns poucos postos ainda exibiam o preço antigo, de R\$ 3,85.

Outro combustível que disparou de um dia para o outro foi o diesel. O derivado de petróleo era vendido na faixa de R\$ 5,85 até quarta-feira, mas amanheceu nesta sexta sendo comercializado por R\$ 6,37. Porém, a tabela de preços da Petrobras indica que o preço do diesel não tem alteração desde dezembro de 2023. O preço metro cúbico, equivalente a mil litros, é de R\$ 3.701,40 em Rondonópolis.

A gasolina também sofreu reajuste repentino nos postos. O combustível era comercializado por R\$ 5,99 até a noite de quinta-feira, 23, mas amanheceu nesta sexta sendo vendido por R\$ 6,19, chegando a R\$ 6,39 em alguns postos. Também não houve reajuste de preço nas refinarias para justificar o aumento expressivo.

Já no caso do etanol, houve um reajuste nas



Gilberto Leite

usinas, mas em nível muito abaixo do que foi registrado nos postos. Conforme o monitor de mercado da Centro de Estudos Avançados

em Economia Aplicada (Cepea/USP), as usinas de Mato Grosso venderam o metro cúbico do biocombustível, equivalente a mil litros, por

R\$ 3.267,19. Isso representa um aumento de cerca de 30 reais em relação ao preço da semana anterior, quando era comercializado por

R\$ 3.236,64. Isso representa apenas 3 centavos por litro, quase 15 vezes menos do que o reajuste percebido nas bombas.

## Assembleia aprova RGA de 4,83% para os servidores estaduais

Gilberto Leite | ALMT



Gabriel Soares

Os deputados estaduais aprovaram, por unanimidade, a Revisão Geral Anual (RGA) de 4,83% para os servidores públicos estaduais, que já deve ser paga na folha salarial de janeiro. A votação foi realizada na tarde de quarta-feira, 22 de janeiro. O Governo do Estado confirmou que vai pagar a revisão já nos salários de janeiro.

A revisão de 4,83% segue a inflação oficial medida pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no último dia 10 de janeiro.

Conforme o governo, a previsão é de que a RGA cause um impacto mensal de R\$ 76 milhões na folha de pagamento dos servidores, o que equivale a R\$ 855 milhões ao ano. O Governo sustenta que não pode conceder revisão acima da inflação porque já está perto do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), pois tem realizado novas contratações via concurso público e atendido às leis de progressão de carreira.

"O Executivo alerta também que se aproxima do limite prudencial da folha, conforme estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual. Os dados

do Estado demonstram que a folha está crescendo acima da inflação, porque, além da RGA, existe o crescimento real pelas progressões de carreira. Dados apresentados pela equipe econômica do governo e da Secretaria de Planejamento e Gestão apontam que o aumento é superior a 3%", diz nota encaminhada pelo governo.

No caso da RGA, a deputada estadual Janaina Riva (MDB) formalizou em plenário que ficou acordado com o governo a apresentação de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para garantir a recomposição de perdas acumuladas pelos

servidores no período do atual governo. Conforme a deputada, a PEC conta com a assinatura de 12 deputados.

Os servidores – representados pelos líderes sindicais – reclamam uma defasagem de perdas de 20% durante o atual governo. O presidente eleito da Assembleia Legislativa, Max Russi (PSB), declarou apoio à pauta dos servidores.

"Vai ter o apoio total da Assembleia, essa pauta dos servidores é uma pauta legítima e que conta com o apoio, acredito eu, de praticamente todos os deputados, se não todos", afirmou.

\*Com assessoria

## Recomposição de 20% é quase impossível, diz líder do governo

Da redação

O deputado estadual Dilmir Dal Bosco (União) afirmou que é bastante difícil os servidores receberem a recomposição dos 20% do salário do Governo do Estado. Nesta quarta-feira, 22, a Assembleia Legislativa (ALMT) aprovou o Reajuste Anual Geral (RGA) em 4,83%. Entretanto, os servidores reivindicam os 20% que deixaram de receber nos últimos anos.

"Eu acho bastante difícil [conceder o aumento], a grande preocupação de Mato Grosso não é isso. A grande preocupação do Mato Grosso é a reforma tributária que foi aprovada, é no Congresso Nacional que nós vamos perder muita receita", disse.

Isto porque, o Governo aponta que o Estado deve perder de R\$ 7 a R\$ 8 bilhões com repasses federais por causa das mudanças da Reforma Tributária.

Apesar do comentário do parlamentar, o Governo deve ter dificuldade para barrar esse

aumento. Isso porque o tema tem a simpatia da maioria da Casa, que já se articula para conceder o aumento por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

O trabalho será liderado pelos deputados Janaina Riva (MDB) e Lúdio Cabral (PT), que têm o apoio do futuro presidente do Parlamento, deputado Max Russi (PSB). Uma vez aprovado, é possível que o tema vá parar na Justiça, uma vez que a proposta cria despesas para o Poder Executivo, cuja atribuição é exclusiva do governador.

O reajuste de 20% na folha salarial é uma das bandeiras dos servidores públicos e se refere às perdas acumuladas nos últimos anos. Parte é referente a RGAs não concedidos durante a gestão Pedro Taques, 2015 a 2018, e outra parte diz respeito às perdas congeladas durante a pandemia de covid-19, no qual toda a Administração Pública brasileira ficou proibida de conceder aumentos e reajustes devido à crise sanitária.

Gilberto Leite



## EDITORIAL

## Retrocesso vacinal

Entre as consequências mais graves da pandemia de covid-19, a vacinação infantil contra doenças já conhecidas - como meningite, coqueluche e sarampo - registrou o pior dos retrocessos. Levantamento realizado com base nos dados do Ministério da Saúde apontou que a vacinação infantil atingiu o menor patamar em três décadas, abrindo margem para o retorno de doenças que já não faziam mais parte do cotidiano dos brasileiros, como a poliomielite.

Esse retrocesso já vinha acontecendo silenciosamen-

te desde 2016. A pentavalente - que protege contra difteria, tétano, coqueluche, hepatite B e bactéria *Haemophilus* - tinha cobertura de 96% em 2013, que caiu para 84% em 2017 e atingiu 68% em 2021. A tríplice viral, que protege contra o sarampo, rubéola e caxumba, caiu de 107% de cobertura vacinal em 2013 para 86% em 2017 e chegou a 71% em 2021. Não é de se espantar que Roraima tenha vivido um surto dessa doença em 2018.

Outro conhecido como um exemplo na imunização infan-

til, o Brasil corre o risco de ver a ressurgência de doenças que já haviam sido esquecidas. Para alguns especialistas, é um problema decorrente do próprio sucesso do programa de imunização, já que a prevenção dessas doenças graves faz a população esquecer que elas existiam e, assim, passa a negar os benefícios da vacinação.

Mas também há um 'dedinho' estatal incentivando a queda na vacinação, por meio do corte de verbas destinadas à publicidade das campanhas de vacinação. Esses recursos vêm sendo cortados constantemente desde 2017, quando se investia R\$ 97 milhões ao ano para levar os brasileiros aos postos de vaci-

nação. Desde então, caiu para R\$ 86 milhões em 2018 e foi caindo até chegar ao patamar mínimo de R\$ 33 milhões em 2021, ano da pandemia. Justamente o ano da pior cobertura vacinal em 30 anos. Isso sem falar nas ações mais recentes que contestaram a necessidade de vacinar crianças contra a covid-19, levando pais e responsáveis a contestar a vacinação como um todo.

Com a baixa vacinação, algumas regiões do Brasil já sofrem com surtos de doenças que eram consideradas sob controle. Além do surto de sarampo em Roraima, houve surto de febre amarela em nove estados entre 2016 e 2017, e de coqueluche, além de casos de difteria e

doença meningocócica. Essas doenças causavam internações constantes entre 1980 e 1990, mas foram aos poucos caindo no esquecimento devido ao avanço da vacinação.

Para recuperar a cobertura vacinal e retomar o patamar de imunização, será necessário um esforço hercúleo do governo. A comunicação deve exercer um papel primordial, relembrando à população dos danos que essas doenças causavam em décadas passadas, quando as vacinas não eram tão disponíveis. Também é preciso combater a ideologização das campanhas de vacinação. Não será fácil, mas nossas crianças merecem a chance de um futuro.

## Economia da atenção

Dayane Nascimento (\*)

Na busca incessante por "atenção", que pode se traduzir em likes, visualizações e engajamento nas redes sociais, muitas pessoas (políticos, influencers, artistas etc) e empresas incorrem no erro de confundir estratégias de comunicação com práticas antiéticas e prejudiciais. Esses desvios podem gerar resultados temporários, mas que comprometem a reputação no longo prazo.

Infelizmente, vivemos um momento em que precisamos explicar o óbvio. O uso de polêmicas envolvendo mentiras e fake news têm o poder de chamar a atenção e mexer com as emoções das pessoas, mas usá-las como se fossem estratégia de comunicação e marketing é um erro. Na verdade, são práticas antiéticas e desonestas.

Assim como fazer uso de violência por meio da divulgação de agressões, ofensas, insinuações criminosas e ameaças tem o resultado de chamar atenção para algo, mas não, não é marketing. A promoção da marca ou produto deve sempre respeitar os princípios éticos e os direitos humanos. Portanto, esse tipo de comportamento é abuso e não marketing.

Um cenário que normaliza absurdos, como foi a postagem recente do empresário

Thiago Nigro que expôs nas redes sociais imagens do feto, logo após ter sido expelido pela esposa, beirou o inaceitável, o inacreditável. Além de chocante, ainda pode ter provocado reações extremas em mulheres que já enfrentaram problemas similares.

Outra situação preocupante se trata de mensagens publicitárias que enganam, iludem e contribuem para danos como consumo excessivo e endividamento. Um exemplo são as apostas on-line (BET) que têm gerado cachês milionários a artistas, atletas, influencers e "influencers mirins", o que é totalmente vedado por envolver um público suscetível à publicidade.

Uma reportagem da revista Piauí mostrou que Virginia Fonseca, por exemplo, inclusive receberia 30% dos valores perdidos pelos usuários nas apostas como "cachê da desgraça". Aliás, as bets movimentaram, em 2024, cerca de R\$ 20 bilhões mensais, segundo o Banco Central, provocando perdas bilionárias a famílias e à própria economia brasileira. E já representam um problema de saúde pública por levar milhões de brasileiros ao adoecimento mental (vício), entre eles, crianças e jovens.

Neste cenário complexo, acelerado e globalizado, tornou-se extremamente neces-

sário o compromisso com as boas práticas na comunicação, que compreendem não só nos afastar de artimanhas para atrair a audiência, como prezar pela transparência ao divulgar informações, evitando-se exageros ou omissões na venda de produtos e serviços (o básico!).

Portanto, este tema envolve muitas camadas, já que são diversos os pontos de atenção devido a dimensão que a nossa vida tomou com o advento da internet, das redes sociais e da inteligência artificial. Inclusive, desde 2020, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) exige que as empresas sejam transparentes sobre como coletam, armazenam e utilizam os dados dos clientes, em razão do direito à privacidade.

Com o anúncio do presidente-executivo da Meta, Mark Zuckerberg, sobre o fim do uso de checagem de fatos no Facebook e no Instagram, seguindo um modelo semelhante ao adotado pelo X, enfrentaremos mais uma rede social que se transforma em palco de vale-tudo pela audiência, desconsiderando as perspectivas éticas de comunicação e o impacto da desinformação na internet.

Assim como é amplamente entendido que um advogado, ao defender seu cliente, não pode fabricar provas, pois isso não seria

considerado advogar, as ações irresponsáveis que visam apenas obter resultados financeiros não deveriam ser classificadas como marketing.

Diferentemente daqueles que buscam apenas o lucro imediato, sem priorizar transparência, confiabilidade e respeito, escolhi trabalhar o marketing ético como a única forma de gerar sustentabilidade para o meu negócio e o negócio dos clientes. Não vendemos apenas produtos e/ou serviços, cultivamos uma base fiel, que se sente valorizada e confia na nossa marca.

Como profissional da área, convindo os meus pares a adotar uma postura em que os valores humanos e sociais sejam tão valorizados quanto o sucesso comercial. Assim, independente das adversidades, o marketing cumprirá seu papel de ser responsável pelas suas ações e o impacto delas no mundo!.

\*DAYANE NASCIMENTO é consultora marketing com formação na UFMT, especialista em planejamento estratégico e economia comportamento pela ESPM/SP e empresária.



## O recuo que não apaga o abuso

Juliana Bueno (\*)

A tentativa da Receita Federal de monitorar movimentações financeiras via Pix acima de R\$ 5 mil para pessoas físicas e R\$ 15 mil para jurídicas expõe o autoritarismo silencioso que se instaurou sob o pretexto de controle fiscal. Em um país onde o Pix se consolidou como ferramenta essencial para pequenos comerciantes, trabalhadores informais e milhões de brasileiros excluídos do sistema bancário tradicional, a medida proposta pelo Governo Federal é um ataque direto à privacidade e à sobrevivência econômica dessas pessoas.

Além disso, revelou uma incapacidade crônica de dialogar com a realidade do povo brasileiro. Entretanto, ao recuar diante da pressão popular, escancarou sua fragilidade estratégica e a falta de convicção nas decisões que toma.

Embora a Receita Federal tenha alegado que o monitoramento de cartões e depósitos já existia, o avanço sobre as transações via Pix eleva a vigilância estatal a níveis inéditos. Ao forçar fintechs e operadores de maquininhas a reportarem informações, o governo

se arma contra o cidadão comum como se ele fosse um grande sonegador. A mensagem é clara: desconfiar do trabalhador honesto enquanto grandes esquemas de corrupção continuam a drenar bilhões dos cofres públicos sem solução aparente.

A reação popular a essa invasão foi emblemática. O vídeo do deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), criticando a medida, viralizou com números que ultrapassaram a própria população brasileira. As mais de 275 milhões de visualizações no Instagram representaram uma pancada tão forte que forçou o governo a recuar. Lula teve que jogar a toalha para não ir à nocaute.

É revelador que a administração federal, incapaz de comunicar seus atos e refutar a avalanche de críticas, tenha cedido à pressão das redes sociais. Um governo que precisa ser confrontado pela internet para entender os anseios do povo mostra o quão desconectado está da realidade. O Pix uniu o povo.

Infelizmente, esse episódio não é um caso isolado. Ele reflete uma mentalidade governamental que age primeiro e pensa depois, sem considerar os impactos econômicos, sociais e, sobretudo, políticos de suas

iniciativas. A Receita Federal, ao propor uma fiscalização desse tipo, demonstrou uma visão míope: atacar pequenos valores enquanto grandes esquemas de evasão fiscal, lavagem de dinheiro e corrupção seguem sem a devida atenção. A quem realmente interessava essa medida?

Como o deputado pontuou no vídeo viral, o verdadeiro "vilão" não é quem movimentava R\$ 5 mil para pagar contas ou sustentar uma família, mas sim o sistema que perpetua desigualdades e tributa desproporcionalmente os mais pobres. A desconfiança gerada por essa tentativa autoritária poderia ter levado milhões de brasileiros a abandonar o Pix e recorrer a métodos informais de transação, prejudicando a economia e fomentando práticas menos transparentes.

Esse episódio também expôs um governo que patina entre a vontade de ampliar a arrecadação e o medo de desagradar sua base de apoio. Essa ambiguidade é perigosa, pois reforça a percepção de que o Estado não tem controle sobre sua agenda e age de maneira reativa, sempre sob pressão.

Mesmo com a revogação da norma, o estrago está feito. A confiança no sistema

financeiro foi abalada, e a narrativa de que o governo planeja "vigiar o pobre" foi alimentada pela incompetência também na comunicação oficial. Lula não entendeu que o Brasil não é mais o de 2003, não é mais analógico, mas sim digital.

A recente Medida Provisória que reforça a gratuidade e o sigilo do Pix soa mais como um esforço desesperado para apagar o incêndio do que como um compromisso genuíno com a privacidade e a liberdade dos cidadãos.

Por ora, o recuo do governo é uma vitória parcial, mas o alerta está dado. A sociedade precisa permanecer vigilante. Quando o Estado decide avançar sobre os direitos individuais sob qualquer justificativa, ele ameaça a liberdade de todos. Não é o Pix que precisa de monitoramento; é o governo que precisa de limites.

\*JULIANA BUENO é advogada e consultora tributária na JBueno Consultores e Advogados e Lucro Real Consultoria empresarial



## Democracia depende da verdade

Ricardo Viveiros (\*)

Depois das eleições municipais de 2024, foi dada a largada para as presidenciais em 2026. E o Brasil debate um tema cada vez mais relevante: fake news. Pesquisa do Instituto DataSenado revela que 81% dos brasileiros acreditam que as notícias falsas podem influenciar significativamente os resultados eleitorais. Tal dado relevante destaca a urgência de aprofundarmos o debate sobre desinformação e suas consequências para a democracia.

De acordo com o mesmo levantamento, 72% dos entrevistados relataram ter encontrado notícias falsas nas redes sociais nos últimos seis meses que antecederam as eleições do ano passado. Essa realidade

levanta preocupações sobre a integridade do processo eleitoral, uma vez que a disseminação de informações enganosas pode distorcer a percepção pública e manipular a opinião dos eleitores. A produção de fake news é prática desonesta, que adultera informações e busca mudar a verdade. Tem crescido com o mal uso da inteligência artificial, porque a burrice natural segue sendo uma triste realidade.

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das Fake News, que investiga a propagação de desinformação nas redes sociais, foi criada no parlamento federal para enfrentar esse desafio. No entanto, suas atividades foram suspensas durante a pandemia, e seu futuro permanece incerto. A necessidade de um combate mais rigoroso às

fake news, com um olhar especial para 2026, poderá evitar um impacto perigoso sobre os resultados das urnas.

A pesquisa "Panorama Político" do DataSenado, realizada entre junho de 2024, entrevistou mais de 21 mil brasileiros de todos os estados e revelou que 72% dos usuários de redes sociais desconfiam de notícias que encontram online. Esse sentimento é um reflexo da dificuldade em identificar informações falsas, com 50% dos entrevistados considerando difícil a tarefa. A polarização política também desempenha um papel importante, com 29% dos brasileiros se identificando como de direita, 15% de esquerda e 11% de centro. Enquanto 40% não se alinham a nenhuma corrente política - fato que preocupa pois mostra a perigosa desesperança dos eleitores com a política. Cinco por cento sequer responderam.

A responsabilidade das plataformas de redes sociais na disseminação de fake news é outro ponto crucial. A pesquisa indica que 81% da população acredita que essas empresas devem ser responsabilizadas ao não impedir a propagação de informações falsas. Isso sugere um apoio crescente na implementação de filtros e políticas de moderação mais rigorosas. Mas, o que temos observado na prática é o contrário, como na decisão do executivo do Grupo Meta, que controla Facebook, Instagram e WhatsApp, o americano Mark Zuckerberg, anunciando o fim da checagem de fatos em suas plataformas. Ele usa a questionável justificativa de que há erros nos mecanismos de checagem, gerando censura. E visando apenas lucro, esquece que liberdade de expressão exige responsabilidade de expressão.

Por fim, a pesquisa do DataSenado revela que um terço dos brasileiros está

insatisfeito com a democracia, embora 66% ainda acreditem que é a melhor forma de governo. Esse desagrado pode ser exacerbado pela desinformação, que mina a confiança nas instituições democráticas. É fundamental fortalecê-las e garantir que o processo eleitoral seja transparente e justo. Que mentiras não contaminem os eleitores, ludibriando os fatos com falsas versões.

Para identificar fake news, deve-se observar: títulos exagerados; erros de ortografia em gramática; mensagens que incentivam o compartilhamento rápido; e a falta de fontes confiáveis - estes são alguns dos indícios de que a informação pode ser enganosa. A conscientização sobre como reconhecer fake news é uma ferramenta essencial para proteger a democracia e garantir que os eleitores façam escolhas conscientes e baseadas na realidade.

O combate às fake news é uma questão urgente que requer a participação de todos os setores da sociedade. A medida que nos aproximamos das eleições de 2026, é vital que os cidadãos estejam cientes dos riscos da desinformação e que as instituições trabalhem para garantir um ambiente eleitoral correto e transparente. A manutenção do estado democrático de direito, das liberdades constitucionais e da justiça social são nosso valioso patrimônio.

\*RICARDO VIVEIROS é jornalista, professor e escritor, é doutor em Educação, Arte e História da Cultura; autor, entre outros, de "A Vila que Descobriu o Brasil" (Geração), "Justiça Seja Feita" (Sesi-SP) e "Memórias de um Tempo Obscuro" (Contexto).



Jornal  
**IMPRESSO MT**  
FUNDADO EM 2020

ADMINISTRAÇÃO:  
DIRETOR GERAL:  
GEANDRÉ FRANK LATORRACA

EDITOR CHEFE:  
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:  
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:  
Email: [impressomt@gmail.com](mailto:impressomt@gmail.com) - Site: [www.oimpressomt.com.br](http://www.oimpressomt.com.br)

Rua Capitão Iporã, 101 - ANEXO A - Bairro: Pico do Amor - CEP: 78065090 - Cuiabá - MT  
Telefone: 65 99696-6688

**GUERRA AO MOSQUITO**

Secretaria Municipal de Saúde registrou aumento de 204,5% nos casos confirmados de dengue e 1.913,3% nos casos de chikungunya

**Abilio decreta emergência em Cuiabá**

Rennan Oliveira | Secom Cuiabá

**Da redação**

O prefeito de Cuiabá, Abilio Brunini (PL), decretou emergência após os casos dengue e chikungunya explodirem entre a última semana de 2024 a terceira semana deste ano. A Secretaria Municipal de Saúde registrou aumento de 204,5% nos casos confirmados de dengue e 1.913,3% nos casos de chikungunya. A medida também leva em consideração a presença do vírus oropouche, cujos sintomas são semelhantes aos das outras doenças. O decreto foi assinado nesta manhã de quinta-feira, 23 de janeiro, e terá vigência de 60 dias.

"A Situação de Emergência de que trata este Decreto autoriza a adoção de todas as medidas administrativas e assistenciais necessárias a contenção do aumento da incidência de arbovirose, em especial a aquisição pública de medicamentos, insumos e materiais, a doação e cessão e de equipamentos e bens e a contratação de serviços estritamente necessários ao aten-



Abilio afirmou que há subnotificação, o que significa que total de casos pode ser consideravelmente maior

dimento da situação emergencial", diz trecho do decreto.

Com a norma, fica suspenso o agendamento de consulta nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs), assegurada a oferta de medicamentos sem necessidade de renovação de receita. Além disso, o decreto também permite a contratação temporária de pessoas

para atuarem no combate à epidemia.

Em seu pronunciamento, Abilio Brunini afirmou que há subnotificação de dados, o que significa que esses números podem ser consideravelmente maiores do que os já contabilizados.

"Nem todas as unidades básicas de saúde fizeram a sinalização adequada de todos os

casos indicadores. Como acabamos de assumir a gestão e estamos reestruturando toda a Secretaria Municipal de Saúde, não encontramos dados que possam auxiliar nesse mapeamento com tanta exatidão. Não queremos decretar uma situação de emergência se isso não fosse realmente necessário, mas entendemos o impacto

dessa decisão para a sociedade", declarou.

A Secretaria Municipal de Saúde dará prioridade à realização de exames laboratoriais, reforçará os atendimentos nas unidades de saúde e promoverá ações educativas para conter a disseminação das doenças.

A secretária municipal de Saúde, Dr. Lúcia Helena, destacou que

todos os médicos que atendem nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) estão aptos a receber pacientes com sintomas de arboviroses e ainda que como uma das principais medidas emergenciais, será feita a contratação imediata de 80 médicos para atuar nas unidades básicas.

"Estamos comprometidos em ampliar a capacidade de atendimento e garantir que nenhum paciente fique sem o cuidado necessário. A contratação emergencial de médicos permitirá que as unidades básicas lidem com a alta demanda e, assim, consigamos frear o avanço dessas doenças."

Outra medida importante prevista no decreto é a suspensão dos agendamentos de consultas nas UBS, priorizando o atendimento de demandas espontâneas. As unidades continuam a fornecer medicamentos de uso contínuo aos pacientes sem necessidade de renovação de receita, exceto para medicamentos controlados. Outro serviço que será mantido são os agendamentos de pré-natal.

**DUPLICAÇÃO HISTÓRIA****"Toda BR-163 estará em obras até o final do ano"****Da redação**

O governador Mauro Mendes (União) afirmou que, até o final do ano, todo o trecho da BR-163 de Cuiabá até Sinop "estará em obras". Em entrevista ao SBT Comunidade de Sinop, ele detalhou em que pé estão os trâmites para a duplicação da rodovia, que é federal, mas cuja concessão foi assumida pelo Governo de Mato Grosso, por meio da Nova Rota do Oeste.

"Esse trecho de Sinop a Sorriso tem previsão de ficar pronto esse ano e também está contratado o trecho de Sorriso até Lucas [do Rio Verde] e de Lucas até Nova Mutum. De Cuiabá a Jangada está em processo de licitação

e no primeiro semestre desse ano vamos contratar de Jangada a Rosário Oeste. E aí teremos 100% de Cuiabá até Sinop em obras, e boa parte delas finalizando até 2025", relatou ele, na terça-feira (21.01).

Mauro lembrou que a falta de obras na rodovia era um dos maiores problemas de Mato Grosso, com centenas de pessoas morrendo todos os anos na estrada.

Porém, desde que o Estado assumiu o problema em uma solução considerada inédita, os óbitos reduziram em mais de 85% somente no trecho do Posto Gil, em Diamantino, até Nova Mutum.

"O Governo tomou uma decisão muito ou-

sada. Pegamos um problema que estava no colo do Governo Federal, no colo da iniciativa privada, e pegamos pro nosso colo. No começo, muitas pessoas duvidavam que íamos dar conta de fazer. E hoje nós já temos mais de 100 quilômetros duplicados. A BR-163 dá muito orgulho para todos os mato-grossenses que passam por aí e que por muitos anos sofreram com o perigo e com a agonia de ver parentes, amigos e conhecidos perdendo a vida nessa estrada, que chegou a ser conhecida como estrada da morte", registrou.

Ainda na entrevista, o governador falou sobre a reta final das obras no Hospital Regional e o

auxílio para equipar o hospital municipal que está sendo construído pela prefeitura.

"O prefeito Roberto Dorner está finalizando um hospital municipal. E isso é importante, porque hoje o Hospital Regional acaba funcionando como hospital municipal, e não é correto. Temos o compromisso e vamos ajudar a equipar o hospital municipal. E o nosso regional foi totalmente reformado, modernizado, ampliado, com 95% da obra pronta. É difícil fazer uma reforma com o hospital funcionando, é mais lenta, porque priorizamos a saúde. O índice de satisfação é de 97%, o que é histórico. Isso nunca aconteceu", concluiu.



Segundo Mauro, trecho entre Sorriso e Sinop deve estar pronto ainda este ano

**OBRAS ATRASADAS****Max Russi quer mais rigor contra o consórcio BRT****Da redação**

Prestes a assumir a presidência da Assembleia Legislativa (ALMT), o deputado estadual Max Russi (PSB) pede mais rigor do Estado em relação ao Consórcio BRT, que está atrasado na execução das obras do novo modal. Max destacou que as obras causam transtornos aos motoristas das duas maiores cidades do estado, Cuiabá e Várzea Grande, e que é papel do Estado encontrar meios de exigir o cumprimento do cronograma, assim como a responsabilização das empresas. Russi fez a declaração na manhã de quarta-feira, 22 de janeiro.

"Fiscalizar, cobrar, infelizmente realmente está atrasado, não está contento, atrapalha o nosso trânsito, não era isso que nós esperávamos e a população tem cobrado isso, tem criticado bastante. Acho que o governador, o secretário, tem tomado providência. Esperamos que seja mais enérgico, tome ainda mais e multa empresa, enfim, faça tudo aquilo que a legislação permita para que realmente seja cumprido o cronograma", disse o deputado.

A responsabilidade pelos atrasos se tornou um jogo de empurrar-empurra. Há poucos dias, o governador Mauro Mendes (União Bra-

sil) criticou o consórcio durante uma entrevista à Jovem Pan, pontuando seu descontentamento com o andamento das obras. Em resposta, o consórcio emitiu uma nota responsabilizando o Governo do Estado pelos atrasos.

O consórcio pontuou alterações e irregularidades no projeto do Governo e demora dos órgãos responsáveis em emitir licenças necessárias para a realização das obras. Uma dessas teria sido emitida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) mais de oito meses após a data prevista para entrega das obras.

A previsão é que o BRT fosse entregue

aos mato-grossenses em outubro do 2024. Agora, com os atrasos, a nova previsão é que o modal só esteja em funcionamento no final deste ano.

O novo meio de transporte é uma dor de cabeça que cuiabanos e mato-grossenses vivem há quase 15 anos. A modernização do transporte coletivo faz parte do pacote de obras da Copa do Mundo 2014, que teve Cuiabá como uma de suas sedes. Inicialmente, o novo modal seria o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). As obras foram iniciadas em 2012, com desapropriação de imóveis, desmatamento de árvores e um

rasgo pelas principais vias de Cuiabá e VG.

A construção do novo modal consumiu mais de R\$ 1 bilhão dos cofres públicos e nunca foi concluída. As obras foram interrompidas, tendo sua discussão retomada apenas quando o governador Mauro Mendes assumiu a gestão do Estado. Ele realizou estudos de viabilidade e

apresentou a alteração do VLT para o BRT em dezembro de 2021.

O projeto do BRT conta com a construção de corredores exclusivos, o projeto contempla paradas, terminais, calçadas acessíveis, um Parque Linear na Avenida Rubens de Mendonça e a aquisição de ônibus movidos à eletricidade.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO – AUDIÊNCIA PÚBLICA**  
Em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 9º da Lei Complementar 101/2000, a Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, convida toda comunidade para participar da Audiência Pública, para apresentação de demonstrativos do cumprimento das metas fiscais referente ao 3º quadrimestre do exercício 2024, da administração direta e indireta do Município de Lucas do Rio Verde. A Audiência Pública será realizada no dia 27 de fevereiro de 2025, às 17:00hs, no Auditório da Câmara Municipal, sito a Av. Pará, nº. 359-E, Cidade Nova, conforme determinação Constitucional do art. 166, § 1º.  
Lucas do Rio Verde - MT, 23 de janeiro de 2025.  
Miguel Vaz Ribeiro  
Prefeito Municipal

ACESSE  
OS CANAIS DE  
COMUNICAÇÃO  
DA ALMT**ALMT****Cada conquista, um passo para o futuro.****2054** PROJETOS DE LEI  
**376** LEIS ORDINÁRIAS  
**47** LEIS COMPLEMENTARES  
**832** RESOLUÇÕES**SELO DIAMANTE DE  
TRANSPARÊNCIA PÚBLICA**  
PELO SEGUNDO  
ANO CONSECUTIVO**TV ASSEMBLEIA**  
SINAL CHEGANDO A 62 MUNICÍPIOS  
E ABRANGENDO CERCA DE 75%  
DA POPULAÇÃO DO ESTADO

Em 2024, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso consolidou seu compromisso com o desenvolvimento do estado, promovendo ações que impactam diretamente a vida dos cidadãos. Com um trabalho focado na transparência, eficiência e inovação, a ALMT conquistou marcos importantes, como o Selo Diamante de Transparência e a execução de centenas de projetos que refletem o empenho em construir um futuro melhor para todos.

**ALMT**  
Assembleia Legislativa

Perto de você para a mudança acontecer.